



**DECISÃO Nº:** 235/2011  
**PROTOCOLO Nº:** 177057/2011-4  
**PAT Nº:** 437/2011- 1ª URT  
**AUTUADA:** ELETRONORTE ELETRÔNICA LTDA ME  
**FIC/CPF/CNPJ:** 20.089.017-4  
**ENDEREÇO:** AV. CORONEL ESTEVAM, 1450, ALECRIM, NATAL/RN

**EMENTA – ICMS – Não recolhimento do ICMS Normal escriturado, apurado e declarado pelo sujeito passivo. Denúncia ofertada com alicerce em pujante conjunto probatório resultante de informações pelo autuado prestadas. Defesa que se limita a fazer conjecturas sem nada provar. Parcelamento alegado não contempla o crédito tributário de que cuida a inicial – Períodos de competência distintos - Conexão não configurada. Inexistem, nos autos, provas válidas de que as declarações constantes das GIM's, reveladoras da omissão de recolhimento, não refletem a realidade dos fatos. Defesa Intempestiva e Precária - Os Princípios da busca da verdade material dos fatos e o da oportunidade ao recurso impulsionam, na seara administrativa, a análise dos autos. Conhecimento e não acolhimento das razões impugnatórias. Procedência da Ação Fiscal.**

## DO RELATÓRIO

### 1. DENÚNCIA

Conforme se depreende do Auto de Infração nº 0437/2011 – 1ª URT, lavrado em 19/08/2011, a empresa acima identificada, já bem qualificada nos autos, teria infringido o disposto no Art. 150, Inciso III c/c Art. 105 e 130-A, todos do RICMS, aprovado pelo Decreto 13.640/97, em decorrência do não recolhimento do ICMS escriturado, apurado e declarado, no período compreendido entre 04/2008 a 03/2011, com as respectivas GIM's entregues nos prazos regulamentares.

Em consonância com a denúncia oferecida, foi sugerida a aplicação da penalidade prevista no Art. 340, Inciso I, "d", sem prejuízos dos acréscimos monetários previstos no Art. 133, ambos do mesmo diploma regulamentador, implicando em multa no valor de R\$ 31.854,40 (trinta e um mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), sem prejuízo da cobrança do imposto no valor de R\$ 63.708,68 (sessenta e três mil setecentos e oito reais e sessenta e oito centavos), em valores históricos.

Foram anexados relatórios emitidos pelo sistema da SET relativos à autuada, bem como demonstrativos dando conta da origem da ausência do recolhimento do

Ludenilson Araújo Lopes  
Juizador Fiscal



imposto no período compreendido entre de 04/2008 a 03/2011, além dos respectivos termos de início e término de fiscalização e relatório circunstanciado e da ordem de serviço habilitando o ilustre autor do feito a proceder a ação fiscal que culminou com autuação constante da inicial.

## 2. IMPUGNAÇÃO

Insurgindo-se contra a denúncia de que cuida a inicial, a autuada apresentou sua defesa de forma intempestiva, segundo a repartição preparadora, onde alegou às fls. 11, que:

- antes de receber o auto de infração de que cuida a inicial, havia procedido a um parcelamento de débitos, sendo constatado no auto de infração, segundo seu juízo, datas e valores constantes no parcelamento e ao mesmo tempo no referido auto;

Diante do exposto, requer que seja revisto os valores do auto de infração, desta feita, considerando-se aquilo que eventualmente tenha sido objeto do suposto parcelamento, embora não tenha se dignado a carrear aos autos qualquer prova da existência do pacto que diz ter celebrado junto à Administração Tributária Potiguar.

## 3. CONTESTAÇÃO

Instado a contestar a impugnação da autuada, o ilustre autor do feito, extremamente dentro do prazo regulamentar, conforme fls. 13v a 16v, alegou que:

- a defesa se deu de forma intempestiva, motivo pelo qual, pugna pelo seu desconhecimento;

- noutro hall, sustenta que não se instaurou o litígio, valendo-se do artigo 85 do RPAT, para sustentar sua tese;

- quanto à questão de fundo, esclarece que o período alcançado pela notificação e posterior parcelamento, diz respeito ao período compreendido entre os meses de fevereiro de 2006 e janeiro de 2008, o que não se confunde com o período abarcado pelo presente lançamento.

- aduz que verificou divergência entre os valores registrados no livro de apuração de ICMS e os valores informados através das Guias Informativas Mensais – GIM, tendo obtido informação do Sr. que se apresentou como contador da empresa, que tal divergência se deve ao fato de ter sido detectada diferenças tributáveis reveladas por informações advindas das operadoras de cartão de crédito;

Por fim, conclui pela manutenção do auto de infração em sua íntegra, uma vez que o contribuinte não apresentou fato novo, ou prova que possa alterar o lançamento constante da exordial.



#### 4. ANTECEDENTES

Consta dos autos (fl. 08) que a autuada não é reincidente na prática do ilícito fiscal denunciado.

É o que, a meu juízo, cumpre relatar.

#### DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Do passeio pelos autos, observo que razão assiste ao nobre autor do feito, quando propugna pelo desconhecimento da defesa carreada aos autos, seja pela sua intempestividade ou pela absoluta precariedade, ao ponto de não desencadear o litígio, restando patente que efetivamente a impugnação não preenche a todos os quesitos essenciais exigidos pela legislação regente, especialmente, por não ter sido tempestivamente apresentada, mesmo assim, impulsionado pelos princípios da busca da verdade material dos fatos, também grifado pelo digno autor do feito, e em prestígio ao direito de recurso, dela conheço.

Conhecida a presente defesa, passa-se a discorrer sobre as razões de fato e de direito que contornam o auto de infração de que cuida a inicial com a consequente prolação da decisão de mérito.

#### DO MÉRITO

Como acima relatado, cuida o presente feito de apurar denúncia, ofertada por auditor fiscal legalmente habilitado, de ausência de recolhimento do imposto normal, apurado, escriturado e declarado ao fisco pelo próprio contribuinte, através das respectivas Guias Informativas Mensais – GIM, no período compreendido entre de 04/2008 a 03/2011.

Preliminarmente, antes de adentrar no mérito da questão propriamente dito, a meu juízo, o processo atende aos pressupostos regentes da espécie, notadamente, a ampla defesa e o contraditório, uma vez que os autos estão devidamente instruídos, pois, a inicial e demais documentos e anexos que a integram, propiciam, sem sombra de dúvidas, ao contribuinte, exercer o seu direito de se defender com amplitude, respeitando assim os princípios constitucionais afetos ao tema.

De fato, não vislumbro qualquer mácula de nulidade que possa contaminar o feito de que cuida a inicial; a descrição da denúncia reflete com clareza solar os fatos que realmente aconteceram e o enquadramento legal guarda perfeito liame com a conduta denunciada. A penalidade proposta, por seu turno, emana de Lei é a específica para a hipótese que se apresenta.





Demais disso, o presente lançamento ocorreu dentro do lustro decadencial, eis que se trata de fatos geradores remanescentes de abril de 2008, portanto, teria o Estado bastante tempo para perfectibilizar o presente lançamento.

Quanto à questão de fundo, observa-se, de pronto, que a resolução da presente contenda não demanda maiores elucubrações.

Com efeito, de acordo com a documentação carreada aos autos, restou incontroverso o cometimento da infração de que cuida a inicial. A propósito, a própria defesa reconhece que não recolheu o ICMS Normal, escriturado e apurado no período apontado pelo fisco, limita-se a fazer conjecturas sem, no entanto, nada provar.

Em verdade, em sua impugnação, a autuada não se esquivava da denúncia, todavia, cinge-se a suscitar eventual conexão entre os créditos supostamente parcelados e os compreendidos pelo presente lançamento.

Ocorre que, em momento algum, a defesa conseguiu provar, sequer, a existência efetiva do mencionado parcelamento, dele não se tem notícia do número do processo ou qualquer outro elemento que evidenciasse efetivamente sua existência. Nada a defesa carrou aos autos, mesmo sendo a legítima posseira de toda a documentação fisco contábil, que, certamente, espelham as mutações realizadas, bem como o cumprimento, quando ocorrido, de suas obrigações perante o fisco.

Entretanto, o ilustre autor do feito, em louvor ao princípio da busca da verdade material dos fatos, e da justiça, esclareceu, com acuidade técnica e jurídica que lhes são peculiares, que os créditos tributários abarcados pelo parcelamento dizem respeito a períodos pretéritos a abril de 2008, período a partir do qual deixou de ser aplicada a denúncia espontânea estendida, conforme revela a instrução normativa 02/2010 – CAT.

A propósito, a pena do digno autor do feito escreveu, com tinta grossa, e de forma didática, que os créditos objeto do parcelamento foram os mesmos elencados na notificação de regularização de débitos sem o gravame da penalidade punitiva, como previa a legislação até então vigente.

A verdade dos fatos foi magistralmente trazida aos autos através da concisa, como tem que ser, e elucidativa contestação (fl. 13v a 16v), ofertada em tempo hábil pelo digno autuante, merecendo realce o quadro resumo encartado às fls. 15v, que separa, com clareza solar, o “Joio do trigo”, revelando, cabalmente, que não existe qualquer conectividade ou área de entrecorte entre os créditos parcelados e os alcançados pelo presente lançamento, eis que remanescentes de períodos de competência absolutamente diversos

Saliente-se, em reforço ao robusto conjunto probatório, que o não recolhimento do imposto foi admitido pelo próprio contribuinte, não restando, por conseguinte, dúvidas quanto à infrigência ao disposto no Art. 150, inciso III c/c Art. 130 do RICMS, aprovado pelo Decreto 13.640/97.

De resto, a defesa não conseguiu carrear aos autos qualquer prova de que houvera satisfeito o crédito tributário por ele mesmo apurado e declarado ao fisco, como



também não trouxe nenhum fato novo que pudesse aranhar a robustez do lançamento, que com todo denodo foi perfectibilizado pelo autor do feito no exercício de sua competência privativa e vinculada, de que cuida o artigo 3º do venerando CTN.

Destarte, não vislumbro como não se acolher a denúncia de que cuida a inicial, especialmente se levarmos em conta que o imposto tido como não recolhido foi efetivamente apurado e declarado pelo próprio atuado, e por ele não satisfeito.

### **DA DECISÃO**

Isto posto, e considerando tudo o mais que do processo consta, especialmente, o teor da impugnação e da contestação, ***JULGO PROCEDENTE*** o Auto de Infração lavrado contra a empresa ELETRONORTE ELETRÔNICA LTDA ME, para impor à atuada a aplicação da penalidade prevista pelo Art. 340, I, "d", do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.640/97, que regulamentou a Lei 6968/96, no valor de R\$ 31.854,40 (trinta e um mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), sem prejuízo da cobrança do imposto no valor de R\$ 63.708,68 (sessenta e três mil setecentos e oito reais e sessenta e oito centavos), perfazendo o montante de R\$ 95.563,08 (noventa e cinco mil quinhentos e sessenta e três reais e oito centavos), em valores históricos, sujeitando-se, por conseguinte, aos acréscimos monetários previstos pelo Art. 133 do mesmo instrumento regulamentador.

Remeto os autos à 1ª URT, para ciência das partes e adoção das demais providências legais cabíveis.

COJUP, Natal, 07 de outubro de 2011.

**Ludenilson Araújo Lopes**  
Julgador Fiscal